



## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9960-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1304@mail.telepac.pt

ACTA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

*Handwritten notes:*  
A  
P.L.  
Mudon  
S

**Local:** Sala de Sessões dos Paços do Município.

**Data:** 09/03/2006.

**Iniciada às 10H e encerrada às 11H45M.**

**Aprovada em 09/03/2006 em minuta e publicada através do Edital n.º 9**

### **ORDEM DO DIA**

#### **I – Correspondência e Assuntos Diversos:**

- 1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião.
- 2 – Justificação de falta do Sr. Vereador Manuel Pereira Furtado à reunião de 23 de Fevereiro.
- 3 – Projecto de actualização da Carta Escolar da Região, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores – Para conhecimento.
- 4 – Pedido de apoio para a comemoração do 10.º Aniversário do Agrupamento Musical Ronda das Nove.



## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9959-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 626 700  
TELEFAX. 292 626 740  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1394@mail.telepac.pt

27  
70  
A  
P.  
Hudon

- 5 – Pedido de apoio para a cedência de equipamento informático, para o Salão Recreativo dos Toledos.
- 6 – Projecto de Regulamento de Autorização Municipal para instalação de Antenas de Telecomunicações.
- 7 – Processo de contra-ordenação n.º 14/2005, de Guilherme Ricardo Cardoso.
- 8 – Abatimento de Ciclomotor 1-MAD-00-48, de José Rodrigues Tavares.
- 9 – Transferencia de Ciclomotor 1-MAD-09-86, de Mário Furtado Batista, para o nome de João Paulo Carreiro da Ponte.
- 10 – Registo de Ciclomotor 1-MAD-11-16, de António Dutra Tavares.
- 11 – Empreitada de execução de ramal de média tensão e posto de transformação – furo de captação de água da Miragaia, freguesia das Bandeiras. Autorização de trabalhos amais, a menos e não previstos; Aprovação de minuta de contrato.
- 12 – Pedido de apoio para uma viagem dos finalistas da Escola Básica Integrada e Secundária da Madalena do Pico.
- 13 – Pedido de apoio da Associação dos Directores de Hotéis de Portugal, para um aprova de queijos e vinhos no Museu do Pico.
- 14 – Alteração Orçamental n.º 3 e alteração às Grandes Opções do Plano n.º 3.
- 15 – Pedido de apoio solicitado pela Filarmónica União e Progresso Madalense destinado à substituição da cobertura do edifício sede.
- 16 – Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesias.
- 17 – Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 08 de Março de 2006.

## II – Projectos de Arquitectura.

- 1 – Processo n.º 003/2005, de Jorge Manuel Lopes da Silveira.
- 2 – Processo n.º 005/2005, de Bruno Goulart Neves (**Alteração**).
- 3 – Processo n.º 014/2005, de Nuno Miguel Luís Goulart.
- 4 – Processo n.º 070/2005, de Maria Antonieta Soares Gonçalves da Silveira.
- 5 – Processo n.º 002/2006, de Valdemar Manuel Lima Bettencourt.
- 6 – Processo n.º 006/2006, de Nelson Moreira Martins.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9550-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1354@mail.telepac.pt

27  
71  
f.  
Hendy  
E

### **III – Projecto de Arquitectura (Alteração) e Projecto de Especialidades (Alteração) – Telas Finais.**

1 – Processo n.º 043/2002, de Aldina Maria Garcia de Sousa Matos .

### **IV – Projectos de Arquitectura e Projectos de Especialidades.**

1 – Processo n.º 101/2005, de Elizabeth Maria Oliveira Serpa.

2 – Processo n.º 005/2006, de Maria Manuel Rodrigues Moniz.

### **V – Projectos de Especialidades.**

1 – Processo n.º 042/2003, de Maria Belmira Jorge de Sousa da Silva.

2 – Processo n.º 079/2005, de António Horácio Marques Maia.

### **VI – Informação Prévia.**

1 – Processo n.º 032/2005, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda.

A reunião iniciou com os seguintes elementos do elenco camarário:

**Presidente:** Jorge Manuel Pereira Rodrigues.

**Vereadores:** José António Marcos Soares.

Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva.

Sandra Cristina Ávila Rodrigues.

Estiveram presentes, a Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, a Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, a Responsável pela Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Sílvia Sêco e o Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo,

## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 646  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO RICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriam todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.

A reunião foi presidida pelo Sr. Jorge Manuel Pereira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Sra. Sónia Goulart, Secretária da Presidência.

O Presidente da Câmara Municipal abriu o período antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

Proposta ao Executivo: \_\_\_\_\_

Foi presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de acordo como o artigo 83.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Setembro, no sentido de que sejam analisados vários pontos não constantes da ordem do dia e que necessitam de deliberação imediata, nomeadamente: \_\_\_\_\_

1 – Proposta de Toponímia do Arruamento Novo .

2 – Projecto de Arquitectura – Processo n.º 015/2006, de António José Macedo Medeiros.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente. \_\_\_\_\_

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Proposta de Toponímia do Arruamento Novo. \_\_\_\_\_

Foi apresentada ao executivo, pelo Sr. Presidente a proposta de toponímia do arruamento novo, que abaixo se transcreve: \_\_\_\_\_

“Considerando abertura, ontem efectuada, do novo arruamento entre as ruas Visconde Leite Perry e Secretário Telles Bettencourt:



*Handwritten signature and initials.*

Considerando ser este um arruamento central e de grande importância para a circulação e para a consolidação urbanística da Zona Centro da Vila da Madalena;

Considerando a posição quase geral da população do nosso Concelho relativa a uma justa homenagem a "Gilberto Mariano da Silva";

Considerando o reconhecimento do executivo Municipal do grande valor deste nosso Concidadão;

A Câmara delibere aprovar que o arruamento supra identificado tenha a designação toponímica de "Rua Gilberto Mariano da Silva".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta acima transcrita. -----

**2 – Projecto de Arquitectura – Processo n.º 015/2006, de António José Macedo Medeiros. ----**

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 274/2006, de 09/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente, na qualidade de co-proprietário (apresenta autorização dos restantes co-proprietários) pretende proceder à construção de conjunto de 10 apartamentos turísticos, num terreno de sua propriedade, sito à Rua Alexandre Herculano, Madalena.

A pretensão conforma-se no essencial com a Informação Prévia n.º 432/2002, aprovada em 2005/01/27, condicionada ao parecer da Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos. Embora esteja ultrapassado o prazo de vincularidade da mesma, a pretensão respeita os índices urbanísticos para a área Urbana da Madalena/Criação Velha definidos no Regulamento do Plano Director Municipal.

A pretensão mereceu parecer favorável por parte da Autoridade Concelhia de Saúde, e favorável condicionado por parte do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e Direcção Regional do Turismo. Em relação ao primeiro, o requerente concordou com o mesmo em sede de audiência prévia escrita. Em relação ao segundo, dado que as condicionantes se referem ao nome do empreendimento, e a uma pequena alteração a executar em obra, e uma vez que o referido parecer foi entregue pelo próprio requerente, considera-se igualmente haver concordância por parte do mesmo.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado aos pareceres da Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e Direcção Regional do Turismo”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo condicionado aos pareceres, conforme a informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

## ORDEM DO DIA

I – Correspondência e Assuntos Diversos. \_\_\_\_\_

1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião. \_\_\_\_\_

O executivo foi informado, pelos responsáveis de cada Secção, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. \_\_\_\_\_

**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento. \_\_\_\_\_

2 – Justificação de falta do Sr. Vereador Manuel Pereira Furtado à reunião de 23 de Fevereiro. \_\_\_\_\_

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a justificação de falta do Senhor Vereador Manuel Pereira Furtado, à reunião do dia 23 de Fevereiro, por se encontrar em serviço, integrando equipa que constitui a comitiva do Inspector Regional de Bombeiros, Eng. Pedro Carvalho, na sua primeira visita de apresentação às Corporações das Ilhas do Faial e Pico. \_\_\_\_\_

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade justificar a falta. \_\_\_\_\_



27  
75  
h  
f.  
Hudon

**3 – Projecto de actualização da Carta Escolar da Região, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores – Para conhecimento. -----**

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a circular n.º 20/2006, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a dar conhecimento da informação n.º 3/2006 do Jurista da AMRAA, sobre o projecto de actualização da Carta Escolar da Região, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento. -----

**4 – Pedido de apoio para a comemoração do 10.º Aniversário do Agrupamento Musical Ronda das Nove. -----**

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o ofício do Agrupamento Musical Ronda das Nove, a solicitar apoio para a contratação de um artista, para abrilhantar as comemorações do 10.º aniversário, cujo cachet é de 2.500 euros, bem como a informação n.º 81/2006 de 17/02/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento que a seguir se transcreve: -----

"No seguimento do pedido de apoio dirigido a esta Autarquia pela Ronda das Nove, solicitando ajuda para a comemoração do 10º Aniversário daquele agrupamento musical, comemoração esta que passa pela contratação de um artista do continente, entendo o seguinte:

No que diz respeito ao enquadramento deste pedido no Regulamento para a concessão de subsídios a actividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ou a entidades e organismos que prossigam fins de interesse público municipal, aquele não existe, pois está fora do objecto constante do artº 1º o qual refere que "O presente diploma regula as condições de concessão de subsídios, pelo Município, a entidades legalmente existentes no âmbito da prossecução de actividades, obras ou eventos de interesse público municipal." Ora, o agrupamento musical em causa não é uma entidade legalmente constituída.

Este apoio também não poderá ser concedido ao abrigo do Artº 64º, nº 4, b) da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual permite o apoio da Câmara Municipal a actividades de interesse municipal, de natureza social e cultural, entre outras, pois no presente caso, não existe interesse municipal em apoiar a comemoração de um aniversário de uma colectividade. O interesse municipal é um interesse público



local, ou seja aquele que é sentido na circunscrição municipal, ou seja, haveria interesse público, a título de exemplo, apoiar a Ronda das Nove em passagens aéreas para uma actuação noutra ilha, sendo que aquele agrupamento iria dar a conhecer cantares da nossa terra, divulgando a nossa música. Outro exemplo de interesse municipal seria o de apoiar a gravação de um CD de música da Ronda das Nove. Nestes dois casos haveria um interesse público municipal, no caso em análise, o mesmo não existe, pois não há interesse municipal em apoiar a vinda de um artista para abrilhantar o 10º Aniversário da Ronda das Nove".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade indeferir o pedido, por não se encontrar enquadrado no regulamento para a concessão de subsídios a actividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ou a entidades e organismos que prossigam fins de interesse público municipal, conforme informação acima transcrita. -----

**5 – Pedido de apoio para a cedência de equipamento informático, para o Salão Recreativo dos Toledos.** -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o ofício n.º 004/06, do Salão Recreativo dos Toledos, a solicitar apoio em material informático (computador e impressora), documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. -----

**Deliberação:** A Câmara decidiu, por unanimidade não ser possível deliberar este pedido, por não estar devidamente informado. -----

**6 – Projecto de Regulamento de Autorização Municipal para instalação de Antenas de Telecomunicações.** -----

Após a verificação do não envio de cópias do projecto de regulamento acima mencionado aos Senhores Vereadores para análise. -----

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade que os Serviços Camarários fotocopiassem o projecto de regulamento e remetessem aos Srs. Vereadores, para a próxima reunião de Câmara. --

**7 – Processo de contra-ordenação n.º 14/2005, de Guilherme Ricardo Cardoso.** -----



27  
77  
A  
F.  
Hudg  
S

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o processo de contra-ordenação acima mencionado e que a seguir se transcreve: -----

#### **"I- FACTOS**

A 27/04/2004 foi lavrada participação pelo Fiscal Municipal, na qual constava que o Sr. Guilherme Ricardo Cardoso, possuía na Rua Direita, Freguesia da Criação velha, uma criação de suínos, cujos dejectos ficam a céu aberto, provocando maus cheiros e proliferação de insectos.

Pela Autoridade Concelhia de Saúde, foi emitido parecer a 25/08/2004, solicitado por ofício da Câmara Municipal de 13/07/2004, no seguimento de participação efectuada pelo Fiscal Municipal, no qual se verificava que a criação de suínos do infractor não possuía um mínimo de condições de sanidade para a criação de animais.

Após informação do Eng. Manuel Sançana do Gabinete Técnico Municipal, na qual se entende que o infractor violou o RGEU e por isso devia proceder à remoção dos currais e dejectos daí provenientes, no prazo de 22 dias úteis, sob pena de se vir a instaurar os respectivos processos de contra-ordenação. Tendo em conta este entendimento, foi notificado o Sr. Guilherme Ricardo Cardoso, através do ofício n.º 4165 de 19/10/2004, para no prazo de 22 dias úteis após a recepção da notificação, remover os currais de suínos e respectivos animais e dejectos daí provenientes.

A 16/09/2005, a Autoridade Concelhia de Saúde emite novo parecer, no qual refere que a dita criação de suínos continua a ser praticada sem o mínimo de condições de sanidade. A 18/10/2005, é lavrada participação pelo Fiscal Municipal, na qual se verifica que o Sr. Guilherme Ricardo Cardoso continuava com a criação de animais no seu quintal, sem as condições necessárias, pondo em risco a salubridade das habitações vizinhas. Foi testemunha de tais factos o Sr. Alfredo faria, funcionário desta edilidade.

Com tal comportamento infringiu o disposto nos:

□ Artigos n.º 115 a 120º do Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto de 1951:

Artº 115º "As instalações para alojamento de animais somente poderão ser consentidas nas áreas habitadas ou suas imediações quando construídas e exploradas nas condições de não originarem, directa ou indirectamente, qualquer prejuízo para a salubridade e conforto das habitações.

Os anexos para alojamento de animais domésticos construídos nos logradouros dos prédios, ocupar mais de 1/15 da área dos logradouros.



27  
78  
M. J.  
Mudon

§ único. As câmaras municipais poderão interdizer a construção ou utilização de anexos para instalação de animais nos logradouros ou terrenos vizinhos dos prédios situados em zonas urbanas quando as condições locais de aglomeração de habitações não permitirem a exploração desses anexos sem riscos para a saúde e comodidade dos habitantes.”

Artº 116º “As instalações para alojamento de animais constituirão, em regra, construções distintas das de habitação e afastadas delas. Quando tal, porém, não seja possível, serão, pelo menos, separadas das habitações por paredes cheias ou pavimentos contínuos que dêem garantia de isolamento perfeito. Qualquer comunicação directa com os compartimentos das habitações será sempre interdita.”

Artº 117º “As cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão convenientemente iluminados e providos de meios eficazes de ventilação permanente, devendo na sua construção ter-se em atenção, além das disposições do presente regulamento, as constantes da legislação especial aplicável.”

Artº 118º “As paredes das cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão revistadas interiormente, até à altura mínima de 1,50 m acima do pavimento, de material resistente, impermeável e com superfície lisa que permita facilmente frequentes lavagens. Os tectos e as paredes acima desta altura serão rebocados e pintados ou, pelo menos, caiados, desde que a caiação seja mantida em condições de eficácia. O revestimento do solo será sempre estabelecido de forma a impedir a infiltração ou a estagnação dos líquidos e a assegurar a sua pronta drenagem para a calçeira de escoamento, ligada por intermédio de um sifão à tubagem de evacuação dos esgotos do prédio.

§ único. Quando, nas zonas rurais, haja em vista o ulterior aproveitamento dos líquidos acima referidos, o seu escoamento poderá fazer-se para depósitos distantes das habitações, solidamente construídos e perfeitamente estanques, cuja exploração só será permitida em condições de rigorosa garantia da salubridade pública e quando não haja dano para os moradores dos prédios vizinhos.”

Artº 119 “Os estrumes produzidos nas cavalariças, vacarias, currais e instalações semelhantes serão tirados com frequência e prontamente conduzidos para longe das áreas habitadas, dos arruamentos e logradouros públicos e bem assim das nascentes, poços cisternas ou outras origens ou depósitos de águas potáveis e das respectivas condutas.

§ único. Nas zonas rurais pode autorizar-se o depósito dos estrumes em estrumeiras ou nitreiras desde que não haja prejuízo para a salubridade pública. As estrumeiras ou nitreiras devem ficar afastadas das habitações ou locais públicos e serão construídas de modo que delas não possam advir infiltrações prejudiciais no terreno e



Handwritten signature and initials in blue ink.

fiquem asseguradas, em condições inofensivas, a evacuação e eliminação dos líquidos exsudados ou a recolha destes em fossas que satisfaçam as condições especificadas no § único do artigo anterior.”

Artº 120º “Serão sempre tomadas precauções rigorosas para impedir que as instalações ocupadas por animais e as estrumeiras ou nitreiras possam favorecer a propagação de moscas ou mosquitos.”

## **II- PROVA PRODUZIDA**

Notificado regularmente nos termos e para os efeitos do art.º 50 DL 433/82, com as alterações introduzidas pelo D.L. 244/95, de 14 de Setembro, o arguido apresentou a sua defesa por escrito, subscrita por advogado, onde consta o seguinte:

1. Nos termos da notificação efectuada ao arguido, o Município da Madalena tem conhecimento da existência de uma infracção contra-ordenacional desde 25/08/2004, data da emissão de parecer da autoridade concelhia de saúde, notificada ao arguido em 19/10/2004;
2. A coima aplicada pelos factos imputados ao arguido varia entre um mínimo de € 24,94 e um máximo de € 2493,99, cfr. Artº 162º/3 do Decreto-Lei nº 38382 de 7 de Agosto de 1951;
3. Desde a data em que a Edilidade em causa teve conhecimento da possível existência de uma contra-ordenação e consequente notificação da instauração de procedimento, decorreu mais de um ano, cfr. Artº 28º do Regime Geral das Contra-Ordenações, DL nº 433/82 de 27.10 e posteriores alterações;
4. Ao caso concreto, o procedimento por contra-ordenação extingue-se por efeito da prescrição logo que sobre a prática da contra-ordenação haja decorrido um ano, cfr. Artº 27º/c) do citado diploma legal;
5. Pelo que devem os presentes autos serem arquivados por se encontrar prescrita a possibilidade de contra o arguido ser instaurado o respectivo procedimento, nos termos supra expostos;
6. A notificação efectuada ao arguido nos presentes autos não contém a descrição da infracção ou infracções a que corresponde a aplicação a este de uma coima, por força de um procedimento contra-ordenacional;
7. Antes, limita-se a referir que « se verificou que continua com a criação de animais no seu quintal sem as condições necessárias pondo em risco a salubridade das habitações vizinhas»;
8. Concluindo que tal «viola os artigos 115º a 120º do DL nº 38382 de 7 de Agosto de 1951», citando-o;
9. Ou seja, não se percebe, porque não factualiza, em que consiste a violação referida, limitando-se a copiar o texto da lei;



27  
80  
M.  
L.  
-  
Mudy  
E

10. Tal facto esgota a possibilidade de o arguido defender-se dos factos que, apenas genericamente e por referência ao enunciado da lei, lhe são imputados;

11. O que constitui nulidade processual;

12. Também por aqui devem os presentes autos ser arquivados.

Não é possível a junção de testemunhas, pois o arguido desconhece de que facto, ou factos, se defende.

### **III- FACTOS PROVADOS E NÃO PROVADOS**

Com base nas participações do Fiscal Municipal, nos pareceres da Autoridade Concelhia de Saúde, na informação do Gabinete Técnico Municipal e na defesa do arguido, considera-se provado o seguinte:

□ O Sr. Guilherme Ricardo Cardoso possui efectivamente uma criação de suínos na Rua Direita, Freguesia da Criação Velha, Concelho da Madalena, a qual não possui as condições mínimas de salubridade, sendo os dejectos lançados a céu aberto para um terreno, donde emanam cheiros desagradáveis e a permanência de insectos, os quais perturbam os habitantes das residências mais próximas.

□ Este procedimento do processo por contra-ordenação, encontra-se prescrito, pois desde a data em que a Edilidade teve conhecimento da existência de contra-ordenação e consequente notificação da instauração do procedimento respectivo, decorreu mais de um ano, logo o mesmo extinguiu-se por efeito da prescrição prevista no artº 27º, c) do DL 433/82, de 27/10, e posteriores alterações.

### **IV- DECISÃO**

Nestes termos, e com tais fundamentos, declara-se prescrito o presente procedimento e decide-se arquivar o processo de contra-ordenação”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, arquivar o processo, conforme informação acima transcrita, devendo os competentes serviços da câmara reaver a situação reclamada. -----

### **8 – Abatimento de Ciclomotor 1-MAD-00-48, de José Rodrigues Tavares. -----**

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o requerimento a solicitar o referido abatimento, bem como a informação n.º 94/2006 de 01/03/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento que a seguir se transcreve: -----

“O pedido de abatimento do ciclomotor em causa, está em condições de ser autorizado, devendo esta autorização ser dada pela Câmara Municipal, em reunião”.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9960-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1384@mail.telepac.pt

27

81

*Handwritten signatures and initials:*  
A  
J  
N  
S

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, conforme informação acima transcrita. -----

**9 – Transferencia de Ciclomotor 1-MAD-09-86, de Mário Furtado Batista, para o nome de João Paulo Carreiro da Ponte.** -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o requerimento a solicitar a referida transferencia, bem como a informação n.º 93/2006, de 01/03/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento que a seguir se transcreve: -----

“O processo possui todos os elementos necessários à transferência do ciclomotor, cumprindo as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Está correctamente informado e em condições de ser autorizado em reunião do executivo camarário”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, conforme informação acima transcrita. -----

**10 – Registo de Ciclomotor 1-MAD-11-16, de António Dutra Tavares.** -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, o requerimento a solicitar o referido registo, bem como a informação n.º 87/2006, de 21/02/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento que a seguir se transcreve: -----

“O processo possui todos os elementos necessários ao registo do ciclomotor, cumprindo as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Está em condições de ser autorizado em reunião do executivo camarário”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, conforme informação acima transcrita. -----

**11 – Empreitada de execução de ramal de média tensão e posto de transformação – furo de captação de água da Miragaia, freguesia das Bandeiras. Autorização de trabalhos a mais, a menos e não previstos; Aprovação de minuta de contrato.** -----





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 940  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 623 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1394@mail.telepac.pt

27  
82

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Foi apresentada ao executivo, pela Chefe da Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a informação n.º 5, de 07/03/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a autorização de trabalhos a mais, a menos e não previstos, e aprovação de minuta de contrato da empreitada acima mencionada, que a seguir se transcreve: -----

“Considerando a empreitada supra mencionada, adjudicada à empresa I.E.I – Instalações Eléctricas Industriais, Lda.;

Considerando as medições dos trabalhos a mais, a menos e não previstos, decorrentes, quer do pedido de substituição dos pára-raios do Posto de Transformação, quer da alteração do projecto de execução do ramal de média tensão, elaborado pela EDA;

Considerando as informações da fiscalização, datadas de 07.11.3005 e de 06.06.2006, que aprovam os trabalhos e os respectivos valores para execução, apresentados pelo empreiteiro, que se anexam;

Considerando que, do apuramento dos trabalhos a mais e não previsto, no valor de 27.592,92€ e dos trabalhos a menos, no valor de 24.332,49€, totalizou um montante de 3.260,43€, que será objecto de contrato adicional, conforme se constata no mapa da fiscalização;

Considerando que foram cumpridos os preceitos legais estabelecidos no DL 59/99, de 2 de Março; Assim, deverá o dono da obra – a Câmara Municipal, por força da al. q) nº1 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a execução dos trabalhos a mais e não previsto e, em conformidade com o nº 7 do artigo 26º do DL59/99, de 2 de Março, celebrar o respectivo contrato adicional com a empresa I.E.I. – Instalações Eléctricas Industriais, Lda. no valor de 3.260,43€ (três mil, duzentos e sessenta euros, quarenta e três centimos), acrescido do IVA, totalizando o montante de 3.390,85 € (três mil, trezentos e noventa euros e oitenta e cinco centimos).

Em conformidade com o artigo 116º do citado diploma legal DL 59/99, de 2 de Março, aprovar a minuta de contrato adicional, que se anexa”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação acima transcrita, aprovando o proposto. -----





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 945  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

### 12 – Pedido de apoio para uma viagem dos finalistas da Escola Básica Integrada e Secundária da Madalena do Pico. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, o ofício n.º 100, da Escola Básica Integrada e Secundária da Madalena, a solicitar apoio para uma viagem de finalistas daquela Escola, bem como a informação n.º 14/2006, de 20/01/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

"No seguimento do pedido, dirigido a esta edilidade pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo da Escola EBI/S da Madalena, para apoio a um grupo de Finalistas na sua viagem, informo o seguinte: Este grupo de 13 finalistas, e professores responsáveis, desloca-se da Ilha do Pico para viagem, nas Férias da Páscoa, entre os dias 10 e 17 de Abril.

Nos termos do artigo 64º, nº 4, alínea b), da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal tem competência para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. O interesse municipal a que se refere esta alínea, é um interesse público local, ou seja, aquele que é sentido pelos residentes na circunscrição municipal.

Ora, sendo o interesse municipal um interesse próprio e comum da comunidade municipal, é meu entendimento que a Câmara apenas poderá apoiar este grupo de estudantes, caso exista uma contrapartida, por parte dos mesmos, em promover o Município da Madalena, naquela viagem. Desde que o grupo de finalistas se comprometa a promover e publicitar o Município, não haverá qualquer impedimento em apoiar esta actividade, tornando-se este apoio de relevante interesse municipal.

Cabe ainda referir que o Princípio da Especialidade previsto no Artº 82º da Lei das Autarquias Locais, Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apenas permite às autarquias deliberar no âmbito da sua competência e para a realização das atribuições cometidas às autarquias locais. Deste princípio resulta, por sua vez, a delimitação das competências dos órgãos autárquicos, não podendo estes interferir nas competências de outros órgãos do Estado. No mesmo sentido se pronunciou a Administração Regional, no seu Relatório de 2001, capítulo V, ponto 52, fls 283.

Assim, embora a Escola Cardeal Costa Nunes dependa da Secretaria Regional da Educação e Ciência, mais especificamente da Direcção Regional da Educação, não me parece que este pedido





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 745  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1304@mail.telepac.pt

colida com o princípio da especialidade, pois apesar do pedido ser feito pelo Presidente do Conselho Executivo da Escola, está a ser feito em nome do grupo de finalistas e quem a Câmara estará a apoiar é o grupo de estudantes numa viagem recreativa e não a Escola em específico, numa das suas actividades curriculares.

Devo acrescentar que após consulta à Dra. Marta Silva, do Departamento Jurídico da DROAP, verifiquei que esta possui o mesmo entendimento”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação acima transcrita, apoiar em cinco passagens, Horta – Lisboa – Horta, devendo os finalistas em todas as actividades desenvolvidas no âmbito da viagem referir que a mesma é patrocinada pela Câmara Municipal da Madalena e remeter no fim da viagem à Câmara informação sobre essa divulgação. -----

### **13 – Pedido de apoio da Associação dos Directores de Hotéis de Portugal, para uma prova de queijos e vinhos no Museu do Pico. -----**

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, o fax, da Associação dos Directores de Hotéis de Portugal, a solicitar apoio para uma prova de queijos e vinho no Museu do Pico, bem como a informação n.º 80/2006, de 17/02/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

“No seguimento do pedido de apoio dirigido a esta Autarquia pela Associação dos Directores de Hotéis de Portugal, solicitando uma prova de queijos e vinhos no Museu do Pico, para cerca de 80 pessoas, no dia 28 de Março de 2006, entendo o seguinte:

Este apoio poderá ser concedido ao abrigo do Artº 64º, nº 4, b) da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual permite o apoio da Câmara Municipal a actividades de interesse municipal, de natureza social e cultural, entre outras. Tratando-se neste caso de uma prova de produtos tradicionais da Ilha do Pico, a ser realizada no Concelho da Madalena, existe claramente um interesse municipal em divulgar aqueles produtos. Trata-se de um interesse público local trazer cerca de 80 pessoas à Vila da Madalena para provarem os produtos da terra e, posteriormente, deles fazerem publicidade.

Concomitantemente, o Executivo Camarário pode conceder o apoio pretendido, sendo que o valor em que este apoio se traduz, perfaz um total de 500 €”.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF: 292 628 700  
TELEFAX: 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1394@gmail.com

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este pedido de apoio, conforme informação acima transcrita. -----

### 14 – Alteração Orçamental n.º 3 e Alteração às Grandes Opções do Plano n.º 3. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, as referidas alterações, bem como todas as informações necessárias, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as referidas alterações. -----

### 15 – Pedido de apoio solicitado pela Filarmónica União e Progresso Madalense destinado à substituição da cobertura do edifício Sede. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, o ofício n.º 36/2006, da Sociedade Filarmónica União e Progresso, a solicitar apoio para a substituição da cobertura do seu edifício Sede, bem como a informação n.º 65/2006, de 07/02/2006, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

"No seguimento do pedido de apoio dirigido a esta Autarquia pela Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense, a 30 de Janeiro de 2006, no âmbito do **Regulamento para a concessão de subsídios a actividades, obras ou eventos de interesse municipal e/ou a entidades e organismos que prossigam fins de interesse público municipal**, entendo o seguinte:

A Sociedade em causa é uma entidade que prossegue actividades de interesse público municipal, na área da Cultura, logo, está no âmbito material do Regulamento acima mencionado, constante do Artº 2º, nº 1, b).

Relativamente ao pedido de apoio para a realização do projecto de arquitectura de ampliação da sede, este também se enquadra no Regulamento supra citado, no artº 2º, nº2.

Apesar do pedido ser apresentado fora do prazo estipulado no Artº 4º, nº 1, trata-se de um pedido de **natureza pontual**, conforme estipula o nº 2 do artº 4º do mesmo diploma, tendo o mesmo sido **fundamentado**, ou seja, justificado, com a necessidade de substituição do tecto da Sede desta sociedade neste momento.

O pedido foi efectuado com a apresentação dos documentos necessários à instrução do processo para futura apreciação pela Câmara Municipal, conforme exige o Artº 5º do Regulamento, nomeadamente:





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

- Número da pessoa colectiva;
- Estatutos;
- Documento comprovativo da regularidade da situação fiscal e contributiva da sociedade;
- Orçamento de casa fornecedora dos equipamentos a adquirir;
- Indicação, pelo Clube, de eventuais pedidos de financiamento a outras entidades e qual o montante recebido ou a receber.

Concomitantemente, o pedido de subsídio encontra-se em condições de ser apreciado pelo executivo camarário.

Chamo à atenção para o facto de ser necessário aquela entidade requerer na Divisão de Obras, a licença para realização das obras pretendidas, a qual, sendo para substituição duma cobertura, se traduz de num pedido para obra isenta de licenciamento”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este apoio no valor de trinta e seis mil euros, por ser esta a verba disponível no Orçamento Municipal, deliberou ainda, que a aprovação do valor mencionado fica condicionado à obtenção do respectivo licenciamento ou autorização municipal da obra a executar. -----

### **16 - Protocolos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesias . -----**

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, os Protocolos de Delegação de Competências com cada uma das Juntas de Freguesias do Concelho, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os Protocolos e remeter à Assembleia Municipal para discussão e aprovação. -----

### **17 – Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 8 de Março de 2006. -----**

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Sra. Maria Leontina Silva, o resumo diário da tesouraria referente ao dia oito de Março, cujo total de disponibilidades era de duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e um euros e três cêntimos. -----





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1394@mail.telepac.pt

**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento. -----

### **II – Projectos de Arquitectura.** -----

#### **1 – Processo n.º 003/2005, de Jorge Manuel Lopes da Silveira.** -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 254/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente pretende proceder à construção de uma adega num terreno de sua propriedade, sito ao Cais do Mourato, Bandeiras.

A pretensão mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, e respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

#### **2 – Processo n.º 005/2005, de Bruno Goulart Neves (Alteração).** -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 251/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“O requerente, já após a emissão de Alvará de Licença de Construção, apresenta projecto de alterações ao Projecto aprovado.

As alterações consistem no prolongamento dos beirados e na alteração da cor dos paramentos exteriores.

A pretensão mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.



## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 546  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF.: 292 628 700  
TELEFAX.: 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

### 3 – Processo n.º 014/2005, de Nuno Miguel Luís Goulart. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 249/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à construção de uma moradia num terreno de sua propriedade sito ao Ramal do Porto do Calhau, Monte.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e favorável condicionado da Secretaria Regional da Habitação Equipamentos, com o qual o requerente concordou em sede de audiência prévia escrita.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado ao parecer da SRHE".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, condicionado ao parecer, conforme informação acima transcrita. -----

### 4 – Processo n.º 070/2005, de Maria Antonieta Soares Gonçalves da Silveira. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 253/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"A requerente pretende proceder à ampliação e alteração de uma moradia de sua propriedade, sita ao Cachorro, Bandeiras.



27  
89  
Handy  
S

A pretensão mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, e favorável condicionado por parte da Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos, tendo-se verificado que o projecto cumpre a condição imposta, uma vez que o ponto de cota máxima do edifício se situará aproximadamente à cota 29,00m, abaixo da cota de soleira da pista do Aeroporto, que é superior a 33,00m.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

**5 – Processo n.º 002/2006, de Valdemar Manuel Lima Bettencourt.** -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 248/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à legalização da construção de uma garagem num terreno de sua propriedade sito à Rua da Igreja, Bandeiras.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e situa-se parcialmente em Espaço Urbano das Bandeiras/Cabeço Chão e parcialmente em Espaço Florestal, respeitando os parâmetros urbanísticos do Regulamento do Plano Director Municipal.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

**6 – Processo n.º 006/2006, de Nelson Moreira Martins.** -----





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9990-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 252/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à construção de uma moradia num terreno de sua propriedade sito à Canada Nova, Criação Velha.

A pretensão mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, e conforma-se no geral com a Informação Prévia n.º 031/2004, aprovada em 2006/01/26, condicionada à garantia do abastecimento de água por parte do requerente.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, com a condicionante constante da Informação Prévia n.º 031/2004".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, condicionado ao parecer, conforme informação acima transcrita. -----

### III – Projecto de Arquitectura (Alteração) e Projecto de Especialidades (Alteração) – Telas Finais. -----

#### 1 – Processo n.º 043/2002, de Aldina Maria Garcia de Sousa Matos. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 237/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

#### "PROJECTO DE ARQUITECTURA (ALTERAÇÃO) – TELAS FINAIS

A requerente, através dos elementos entregues, informa a Câmara Municipal das alterações ocorridas em obra durante a execução da mesma, que foram detectadas aquando da vistoria realizada, solicitada pela requerente, em face do tipo de utilização do edifício.

As alterações consistiram essencialmente na alteração do uso projecto do 2.º piso de "Bar/Pub", tendo sido transformado em dois apartamentos e um quarto individual. Ocorreram também algumas alterações em relação aos vãos das fachadas.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF: 292 628 700  
TELEFAX: 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

Estas alterações não original aumento da área de construção, nem alteração da configuração do edifício, sendo respeitado o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

### PROJECTOS DE ESPECIALIDADES (ALTERAÇÃO) – TELAS FINAIS

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, as alterações aos **Projectos de Redes de Águas e Esgotos e Rede de Gás** apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

Após a aprovação da Câmara Municipal, poderá então ser emitido o Alvará de Licença de Utilização anteriormente requerido".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

### IV – Projectos de Arquitectura e Projectos de Especialidades. -----

#### 1 – Processo n.º 101/2005, de Elizabeth Maria Oliveira Serpa. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 214/2006 de 24/02/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

#### "PROJECTO DE ARQUITECTURA

A requerente pretende proceder à construção de um anexo num terreno de sua propriedade sito à Rua Secretário Telles Bettencourt, Madalena.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 670 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

27  
92  
A  
gi  
Muly  
e

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e situa-se parcialmente em Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha e parcialmente em Espaço Urbanizável da Madalena/Criação Velha, respeitando os parâmetros urbanísticos do Regulamento do Plano Director Municipal.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

### PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projectos de Estabilidade, Redes de Águas e Esgotos, Rede de Gás, e Instalações Eléctricas** apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

### 2 – Processo n.º 005/2006, de Maria Manuela Rodrigues Moniz. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 250/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

#### "PROJECTO DE ARQUITECTURA

A requerente pretende proceder à construção de uma adega e garagem num terreno de sua propriedade sito ao Pocinho, Candelária.





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9550-328 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX. 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: cp1394@mail.telepac.pt

27  
03  
A  
F.  
Vulky

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e mereceu parecer favorável por parte da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

### PROJECTOS DE ESPECIALIDADES

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projectos de Estabilidade, Projecto de Redes de Águas e Esgotos, Rede de Gás, ITED e Instalações Eléctricas**, apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

### V – Projectos de Especialidades. -----

#### 1 – Processo n.º 042/2003, de Maria Belmira Jorge de Sousa da Silva. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 241/2006 de 03/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946  
LARGO CARDEAL COSTA MUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF: 292 628 700  
TELEFAX: 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

94

27  
Handwritten signature and initials.

apreciação prévia, pelo que, os **Projectos de Estabilidade e Instalações Eléctricas** apresentados pela requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável por parte da EDA, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, conforme informação acima transcrita. -----

### 2 – Processo n.º 079/2005, de António Horácio Marques Maia. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 232/2006 de 02/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, os **Projectos de Estabilidade, Redes de Águas e Esgotos, Rede de Gás, ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável condicionado por parte da EDA, com o qual o requerente concordou, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado ao referido parecer”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, condicionado ao parecer, conforme informação acima transcrita. -----





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 948  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9500-324 MADALENA DO PICO  
TELEF. 292 628 700  
TELEFAX 292 628 748  
SITE: www.cm-madalena.pt  
E-MAIL: op1394@mail.telepac.pt

### VI – Informação Prévia. \_\_\_\_\_

#### 1 – Processo n.º 032/2005, de Ricardo Pereira Santos Unipessoal, Lda. \_\_\_\_\_

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 226/2006 de 02/03/2006, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

"O requerente pretende proceder à construção de um edifício destinado a habitação e comércio, num prédio, sito à Rua Carlos Dabney, Madalena.

A pretensão situa-se em Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha, cumprindo os parâmetros urbanísticos definidos no Regulamento do Plano Director Municipal, tendo igualmente merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado à efectiva correcção de área do prédio em fase de licenciamento".

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o processo, condicionado conforme informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, tendo sido a presente acta aprovada em minuta e assinada pelos membros do executivo presentes, ficando os Técnicos presentes na reunião encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos. \_\_\_\_\_

O PRESIDENTE: \_\_\_\_\_





## MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512.070.946  
LARGO CARDEAL COSTA NUNES  
9950-324 MADALENA DO PICO  
TELEF.: 292 628 700  
TELEFAX.: 292 628 748  
SITE: [www.cm-madalena.pt](http://www.cm-madalena.pt)  
E-MAIL: [op1394@mail.telepac.pt](mailto:op1394@mail.telepac.pt)

OS VEREADORES:

Frei Prísio Marcos Soares

João de Sousa Rodrigues Luís Silva

Paulo António Avelar Pereira